

**Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa  
Geral de Depósitos e à Gestão do Banco**

9.<sup>a</sup> Reunião  
(14 de outubro de 2016)

---

**SUMÁRIO**

O Presidente (José de Matos Correia) declarou aberta a reunião às 9 horas e 11 minutos.

A Comissão deliberou a suspensão dos trabalhos de 15 de outubro até 29 de novembro, devido à discussão do Orçamento do Estado, e o modo como será feita a organização das audições a realizar após esta suspensão dos trabalhos. Proferiram os Srs. Deputados Hugo Lopes Soares (PSD), Carlos Pereira (PS), Luís Moreira Testa (PS), Moisés Ferreira (BE) e Miguel Tiago (PCP).

O Presidente encerrou a reunião eram 9 horas e 30 minutos.

O Sr. **Presidente** (José de Matos Correia): — Srs. Deputados, temos informação de que o Sr. Deputado João Almeida está ligeiramente atrasado, mas, como pediu para começarmos sem ele e porque temos quórum, vamos dar início à nossa reunião.

*Eram 9 horas e 11 minutos.*

Como é do conhecimento das Sr.<sup>as</sup> e dos Srs. Deputados, na sequência da reunião de Mesa e Coordenadores ocorrida na quarta-feira passada, foi decidido realizar uma reunião do Plenário da Comissão, na medida em que as deliberações que temos de tomar e que se prendem com a eventual suspensão dos nossos trabalhos só podem ser assumidas pelo próprio Plenário.

Para os que não estiveram presentes, informo que estava a gerar-se um consenso alargado, embora não ainda estabelecido definitivamente, no sentido de interromper os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito no decurso do prazo de discussão do Orçamento do Estado. Não direi que seja à semelhança do que aconteceu noutros casos, porque nunca aconteceu numa Comissão de Inquérito, assumidamente, mas aconteceu no caso do BANIF, em que se jogou com o período de debate do Orçamento do Estado para se fixar o período de receção da documentação. Portanto, de facto, a Comissão, durante cerca de um mês e uma semana, esteve formalmente em funções mas não reuniu, à espera dos documentos.

Por outro lado, aproveitamos pretéritas situações similares, neste caso com a Comissão Parlamentar de Inquérito à Contratualização, Renegociação e Gestão de todas as Parcerias Público-Privadas do Setor Rodoviário e Ferroviário, que, essa sim, em 2012, interrompeu os seus trabalhos durante todo o período do Orçamento do Estado.

Darei, de imediato, a palavra aos grupos parlamentares, mas pedia que fossem claros numa coisa: o período em que estão de acordo sobre a suspensão é entre amanhã, dia 16 de outubro — visto que o Orçamento do Estado entrará hoje e se estamos reunidos não podemos suspender hoje os trabalhos — e dia 29 de novembro, que é o dia do debate e da votação final global do Orçamento do Estado? Temos de ser claros nessa matéria, portanto, pedia aos grupos parlamentares que o fossem.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pereira.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Presidente, subscrevemos esse calendário, de suspender os trabalhos desde amanhã até dia 29 de novembro.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Soares, tem a palavra.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, na reunião de coordenação, o Grupo Parlamentar do PSD tinha anuído, mesmo não tendo partido da nossa iniciativa, perante os argumentos invocados, sobretudo pelos grupos parlamentares com menor número de Deputados e face à atividade que o debate do Orçamento traz, a que pudéssemos suspender os trabalhos desta Comissão durante o período do Orçamento do Estado.

Julgo que poderíamos, até, suspender apenas quando o Orçamento entrasse na discussão na especialidade, que é quando os Srs. Deputados têm um trabalho maior ao nível das comissões, mas também estamos abertos a esta ideia. Não é por aí que o Grupo Parlamentar do PSD criará qualquer obstáculo.

Se entendermos que há necessidade de fazer qualquer outra reunião de organização interna, até durante esse período, julgo que podemos fazê-lo, mesmo assim. Se for esse o caso, podemos suspender, então, a partir de

amanhã até ao dia 29 de novembro, sendo certo, Sr. Presidente, como se recordará, que a condição que na altura pus e que hoje reitero é que se calendarizem, desde já, as audições que faremos a seguir, por dois motivos: um dos motivos é para que se perceba que a Comissão está a trabalhar normalmente e o segundo motivo é pela perceção que os cidadãos devem ter desta Comissão de Inquérito, que está a preparar os seus trabalhos e que não é por outra razão que não seja a dos trabalhos orçamentais que vai parar.

Sobre essa matéria, Sr. Presidente, apresentava, desde já, a proposta do Grupo Parlamentar do PSD para que se iniciassem as audições logo na primeira reunião a marcar depois da suspensão dos trabalhos e que as audições se fizessem por blocos cronológicos.

No fundo, o que entendemos é que, para que os trabalhos corram com normalidade, faz mais sentido ouvirmos a Administração da Caixa Geral de Depósitos. Não necessariamente por esta ordem, julgo que até se deveria começar pelas tutelas. Portanto, começaríamos pela tutela, depois Administração da Caixa Geral de Depósitos, regulador, supervisor ou outras entidades de um determinado bloco cronológico; após esgotarmos esse bloco cronológico, passaríamos para o seguinte.

A outra hipótese seria ouvirmos primeiro todas as tutelas, depois todas as administrações, depois todos os reguladores. Julgo que esse é um método que atrapalha, evidentemente, o trabalho da Comissão de Inquérito por uma razão: ouvir um presidente da Caixa Geral de Depósitos e passados seis meses ouvir o Ministro das Finanças da época...

O Sr. **Presidente**: — Seis meses?! Espero que não seja o caso!

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — É evidente que quis carregar no prazo para dar mais razão ao meu argumento.

Mas, dizia, passado um mês ou dois, ouvir a tutela da altura parece-se que dificulta os nossos trabalhos.

Portanto, a nossa sugestão é que se façam as audições, que se marque já a primeira, sendo que devem ser calendarizadas em blocos cronológicos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Miguel Tiago, tem a palavra.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, da parte do PCP também não há nenhuma oposição à adoção desse calendário que o Sr. Presidente referiu ter sido consensualizado na reunião de Mesa e Coordenadores.

Quanto à organização, não sei se pretendemos já hoje estabelecer a forma como realizaremos essas audições, mas é provável que se fecharmos isso hoje seja mais fácil começar a fazer um calendário para depois do Orçamento.

Da parte do PCP, apesar de não haver uma oposição muito forte a esta sugestão do PSD, aquilo que consideraríamos mais adequado seria, mais do que usar um critério cronológico — e, eventualmente, também poderíamos usar o cronológico —, organizarmos as audições por grau de responsabilidade e de interação com a instituição bancária: responsáveis políticos, responsáveis bancários e, depois, supervisores.

Enfim, não é uma questão, para já, que seja absolutamente fundamental, mas se pudéssemos organizar as audições, além de cronologicamente, por blocos de responsabilidade, da parte do PCP parecia-nos mais adequado, um pouco também porque tem sido essa a experiência de outras comissões e parece-nos que tem resultado bem. É um contributo, uma sugestão.

O Sr. **Presidente**: — Julgo que temos de tomar essa deliberação hoje, porque enquanto os trabalhos estiverem suspensos não podemos reunir e, portanto, só poderíamos retomar o tema no dia 30 de novembro, o que, manifestamente...

Sr. Deputado Moisés Ferreira, tem a palavra.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, antes de mais, bom dia.

Sobre a suspensão dos trabalhos durante a discussão do Orçamento do Estado, do ponto de vista do Bloco de Esquerda não temos nenhuma oposição, merece o nosso acordo. Mas se se considerar que, por exemplo, para a semana poderá ser útil uma reunião para articular esta questão das audições e da marcação de datas também não temos problema em que a suspensão só se faça a partir da próxima semana, para que possamos ter alguma latitude de trabalho. Se, por acaso, não conseguirmos chegar a acordo hoje, da parte do Bloco de Esquerda há abertura para outra solução. Não temos problema com nenhuma delas.

Sobre as audições, parece-me bem, efetivamente, que se comece já a pensar nas primeiras pessoas a ouvir depois de 29 de novembro. Em relação a isso, compreendendo a utilidade de fazer uma linha temporal e de recriar cronologicamente a história da Caixa, o que acho que faz sentido, não sei muito bem como o fazer. Creio que a recriação dessa linha, efetivamente, também tem vantagens se a fizermos por graus de responsabilidade, ou seja, se conseguirmos ouvir as várias administrações da Caixa, já que isso ajuda mais a essa recriação da fita do tempo do que fragmentá-la e hoje ouvirmos a Administração da Caixa em 2000 e daqui a um mês e meio ouvirmos a Administração da Caixa em 2004 — estou a dizer datas só para dar o exemplo.

Creio que há alguns níveis de responsabilidade — provavelmente o Presidente do Conselho de Administração, o Ministro das Finanças, o Banco de Portugal — onde seria útil que houvesse uma linha cronológica por grau de responsabilidade. Depois, há muitas outras pessoas e entidades que chamaremos — enfim, desde outros membros do Conselho de Administração, a auditores, etc. —, onde poderia haver, efetivamente, uma audição por bloco temporal. Trata-se de uma sugestão, ou seja, fazer uma espécie de modelo misto, tendo em conta as opções que estão em cima da mesa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado Carlos Pereira.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Presidente, queria dar uma nota relativamente à questão das audições.

O Partido Socialista está de acordo com a lógica proposta, de blocos cronológicos. Parece-nos que faz mais sentido.

Talvez faça também mais sentido, no que diz respeito à graduação de que falámos, ser a tutela a última a ser ouvida, porque nos parece mais razoável. Começaríamos, talvez, pelas administrações, supervisão e, depois, tutela, em blocos cronológicos. Parece-nos que esse pode ser o método adequado para as audições.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Miguel Tiago, ouviu a proposta feita pelo PS? Como é uma proposta similar à do PSD e diferente da do PCP, deseja usar da palavra?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, não me ia inscrever, mas obrigado. Ouvi a proposta e acho que devia ser ao contrário.

*Risos.*

O Sr. **Presidente**: — Julgo que estão criadas as condições para decidir duas coisas: primeiro, que suspendemos os trabalhos desde amanhã, dia 15 de outubro, até dia 29 de novembro, terça-feira, e que os trabalhos da Comissão podem retomar a partir do dia 30 de novembro; segundo, que faremos as audições por blocos cronológicos.

Parece bem ao PSD esta sugestão do PS?

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sim.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, por cada bloco, ou seja, por cada Administração — porque o que marca é a Administração, se começamos pela Administração, o que marca é ela —, ouvimos, em seguida, o supervisor e, depois, a tutela respetiva. Se calhar, vamos ter de ouvir várias vezes o mesmo supervisor e a mesma tutela relativamente a cada Conselho de Administração.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, faço um apelo a que os grupos parlamentares, nomeadamente do PSD e do PS, ponderassem sobre o facto de deixarmos para último lugar os principais responsáveis pela situação do Banco. Se no caso das instituições privadas começámos pelas administrações, porque eram, de facto, os principais responsáveis pelo interior do banco, neste caso, os principais responsáveis não são aqueles que são nomeados para cumprir uma determinada orientação política.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Para o bem e para o mal!



O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Objetivamente é a tutela, são os ministros os responsáveis.

Portanto, ainda que se possa fazer por blocos cronológicos, com o que também não concordo, porque não julgo que seja a melhor forma, que se comece a tutela. São os principais responsáveis,...

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — A tutela?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — ... são quem tem de responder politicamente, perante a Assembleia da República e o povo, sobre o interior da Caixa.

Já que o Sr. Presidente fez o exercício de raciocínio de ponderar sobre o que vai acontecer se fizermos isto por blocos cronológicos, aproveito para também apelar a que pensem em estabelecer precisamente a ordem inversa, por grau de responsabilidade, ou seja, cronologicamente mas por grau de responsabilidade. Assim, deveríamos ouvir primeiro as tutelas, por ordem cronológica; depois as administrações, por ordem cronológica; e depois o supervisor, por ordem cronológica.

Parece-nos que isso seria muito mais razoável do que andar a construir um *puzzle*, às peças, e, depois, ter de ir, de vez em quando, lá atrás buscar outra peça porque nos esquecemos dela.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado Hugo Soares.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, estávamos aqui numa troca de ideias.

O Partido Social-Democrata não se opõe a que haja esta inversão, ou seja, que se comece pelas tutelas em cada bloco cronológico, se da parte do Partido Socialista não houver também objeção. Julgo que o que pode

acontecer é, no fundo, se uma administração vier cá dizer coisa diferente do que a tutela disse, esta terá de vir cá, obrigatoriamente, para ser confrontada.

Mas o mesmo pode acontecer, valha a verdade, se for ao contrário. Ou seja, se uma administração disser uma coisa e, depois, a tutela disser algo diferente, provavelmente vamos querer ouvir outra vez a administração para perceber quem é que está a falar a verdade. Portanto, isto vale para as duas razões.

Percebo a lógica do argumento da responsabilidade aduzido pelo Deputado Miguel Tiago e, portanto, do ponto de vista do Grupo Parlamentar do PSD, anuímos a que se possa fazer essa alteração.

No mais, mantemos a nossa posição de que, para os trabalhos da Comissão, é muito mais fácil ouvirmos os depoentes por blocos cronológicos, ainda que com os riscos inerentes, mas a outra metodologia também tem outros.

Cedemos, no fundo, ao argumento aduzido pelo Partido Comunista Português — e isso não acontece sempre! —...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Na maior parte das vezes nem argumentamos!

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): —... e mantemos a nossa posição relativamente à metodologia das audições.

*Risos.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Carlos Pereira, tem a palavra.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Presidente, penso que há vantagens e dificuldades num e noutro método, portanto, poderíamos estar aqui a manhã inteira a discutir e a dirimir argumentos sobre esta matéria.

O Partido Socialista mantém aquilo que disse relativamente à metodologia que achava mais adequada, mas também não vê nenhum inconveniente em aceitar a proposta que foi agora apresentada pelo Deputado Miguel Tiago, desde que cheguemos a um consenso e possamos fechar este assunto.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Almeida, só para o pôr a par...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Já estou!

O Sr. **Presidente**: — Já decidimos a suspensão entre o dia 16 de outubro e o dia 29 de novembro e agora estávamos a discutir se os blocos cronológicos devem começar pela tutela ou pela Administração.

Se me permitem — também posso exprimir a minha opinião, de vez em quando, sobretudo quando vai ao encontro de um consenso que se está a gerar —, acho que faz sentido a proposta do Sr. Deputado Miguel Tiago, ou seja, começar pela tutela, que estabelece a carta de missão e define as orientações para a Administração, ouvir a Administração e, depois, ouvir a supervisão, que, no fundo, fecha aquele ciclo e nos diz como foi fiscalizada a atividade da Caixa Geral de Depósitos, no quadro das instruções que o acionista tinha dado.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Não percebi!

O Sr. **Presidente**: — Estou a dizer que faz sentido começar pela tutela, porque estabelece as orientações para a Administração, ouvindo a

Administração a seguir e depois ouvir o fiscalizador, que é a supervisão, e fechar com essa audição.

Parece-me que a proposta do Sr. Deputado Miguel Tiago, nesse contexto, faz mais sentido, mas não quero ferir a suscetibilidade de nenhum partido político.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Sr. Presidente, peço desculpa. Isso constitui um óbice relativamente à metodologia e à evolução natural dos trabalhos, por uma razão simples: se ouvirmos a tutela em primeira instância não temos possibilidade de a confrontar com factos que nos possam vir a ser apresentados pelas administrações.

O Sr. **Presidente**: — Volta cá!

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Claro! Mas isso é sempre!

O Sr. **Presidente**: — De acordo com o regulamento das comissões de inquérito é assim que as coisas têm de funcionar.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Embora me palpите que é capaz de haver algumas supervisões que não queiram cá vir.

*Risos.*

Vamos ter outra vez esse problema.

Srs. Deputados, estamos acordados quanto à suspensão dos trabalhos e à ordem das audições. Então, com os serviços da Comissão, vamos

contactar as diferentes entidades a ouvir para as podermos marcar logo a seguir, não direi no dia 30, mas logo no dia 1 de dezembro.

Está encerrada a reunião.

*Eram 9 horas e 30 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.